

Relatório de Estabilidade Financeira

Comentários

Banco Central do Brasil | Novembro, 2022
Elaboração: Assessoria Econômica ABBC

Comentários

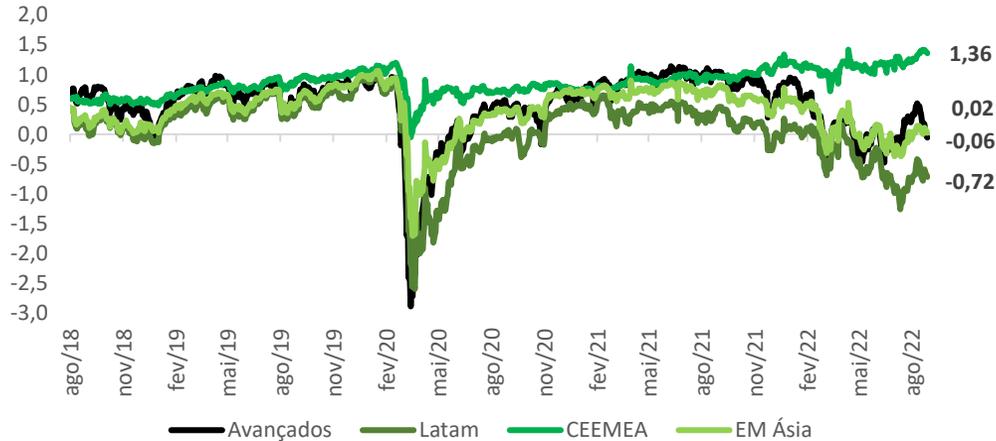
- O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do Banco Central (BC), com os dados relativos ao 1º semestre de 2022, assinalou que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) segue sólido, estável e com as condições necessárias para a expansão da oferta de crédito. Apesar do aumento das operações de empréstimos e da deterioração das condições financeiras no período, o nível de provisionamento mostrava-se adequado para cobrir o total de perda esperada. O sistema bancário continuava a exibir elevada rentabilidade e o lucro líquido estava em crescimento.
- A Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF), realizada em agosto, indicava um aumento na confiança do SFN, mesmo com a piora no cenário internacional. Em linha com o bom desempenho da economia, os respondentes assinalaram os riscos fiscais como os mais importantes e, também a redução nos riscos da inadimplência e para a atividade.
- Desde o último REF, as condições financeiras internacionais pioraram, com a pressão inflacionária e o aumento nas taxas de juros nas principais economias. As dúvidas quanto à capacidade de crescimento nos EUA, China e Zona do Euro intensificaram os temores de recessão, adicionando volatilidade aos mercados. A alta no risco sistêmico levou vários países a aumentarem o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP).
- Mesmo com a alta nos custos de captação, o SFN segue com liquidez adequada para o funcionamento da intermediação financeira. O perfil das captações se alterou para aplicações mais longas e rentáveis. O crédito amplo mostrava dinamismo adequado aos fundamentos, favorecido pelas operações no mercado de capitais, com preponderância das operações com grandes empresas.
- O crédito bancário para pessoas físicas (PF) também tem ajudado a impulsionar o mercado de crédito, já os empréstimos para pessoas jurídicas (PJ) e o mercado externo contribuem negativamente no hiato do crédito que fechou o 1º semestre em 2,14% do PIB, acima do limite sugerido pelo Comitê de Basileia
- para a sinalização de um eventual crescimento excessivo do crédito e demandar ações macroprudenciais. Apesar das limitações dessa métrica, o indicador merece monitoramento, principalmente nas linhas de crédito mais arriscadas.
- As instituições financeiras (IFs) aumentaram o apetite ao risco em suas concessões, como se pode ver na redução dos scores médios de linhas voltadas ao consumo e pagamentos para PF. O forte crescimento das modalidades de cartão de crédito e de crédito pessoal não consignado em descompasso com as variáveis do mercado de trabalho e renda preocupa. Da mesma forma, o ritmo acelerado da expansão do crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) gera riscos potenciais, dado que o segmento é bem sensível ao ciclo econômico. A materialização do risco que já ocorre, como demonstra no aumento da parcela dos Ativos Problemáticos (AP) na carteira ativa total nessas modalidades, deve se aprofundar com a desaceleração da atividade.
- O crescimento dos AP levou ao aumento das despesas de provisão. Entretanto, o índice de cobertura ainda se mostrou confortável, suficiente para cobrir as perdas esperadas. Nos empréstimos para PF, a evolução dos AP para a faixa de renda até 2 salários mínimos é bem desfavorável, o que requer atenção para a qualidade das concessões. No 1º semestre, a rentabilidade do sistema e o crescimento do lucro líquido mantiveram-se estáveis. A margem líquida de juros ficou praticamente estável, com a queda da margem de crédito, decorrente da alta no custo de captação compensada pela elevação na margem de tesouraria e pela renovação da carteira com taxas mais elevadas.
- Por fim, o SFN segue capitalizado, com os requerimentos de capital em níveis bem acima do mínimo exigido, dando suporte para a evolução do mercado de crédito. Os testes de estresse indicaram que não há ocorrência de desenquadramentos relevantes nos cenários macroeconômicos adversos. As análises de sensibilidade apontaram baixa necessidade de capital, mesmo no caso de os ativos problemáticos alcançarem a máxima histórica.

Pauta

- ❑ Mercados Financeiros Internacionais
- ❑ Sistema Financeiro Nacional
 - Liquidez
 - Captações externas e domésticas
 - Liquidez de curto prazo
 - Liquidez de longo prazo
 - Crédito
 - Crédito às pessoas jurídicas
 - Crédito às pessoas físicas
 - Riscos e provisionamento
 - Rentabilidade
 - Solvência
 - Testes de estresse
 - Pesquisa de estabilidade financeira

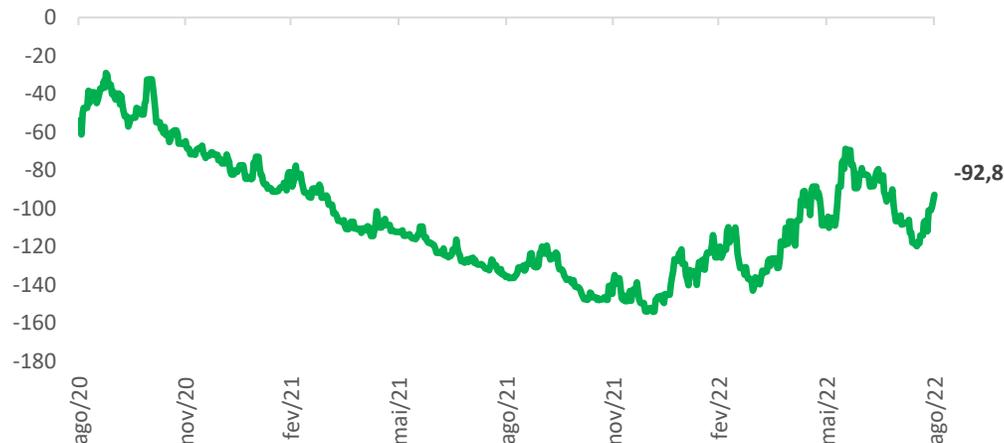
Mercados Financeiros Internacionais

Indicador de Apetite ao Risco



Grupo 1: Chile, Indonésia, Malásia e Rússia | Grupo 2: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, México e Turquia
Fontes: Bloomberg, Reuters e Fed St Louis

EUA: Condições Financeiras



Fontes: Refinitiv, Fed St Louis

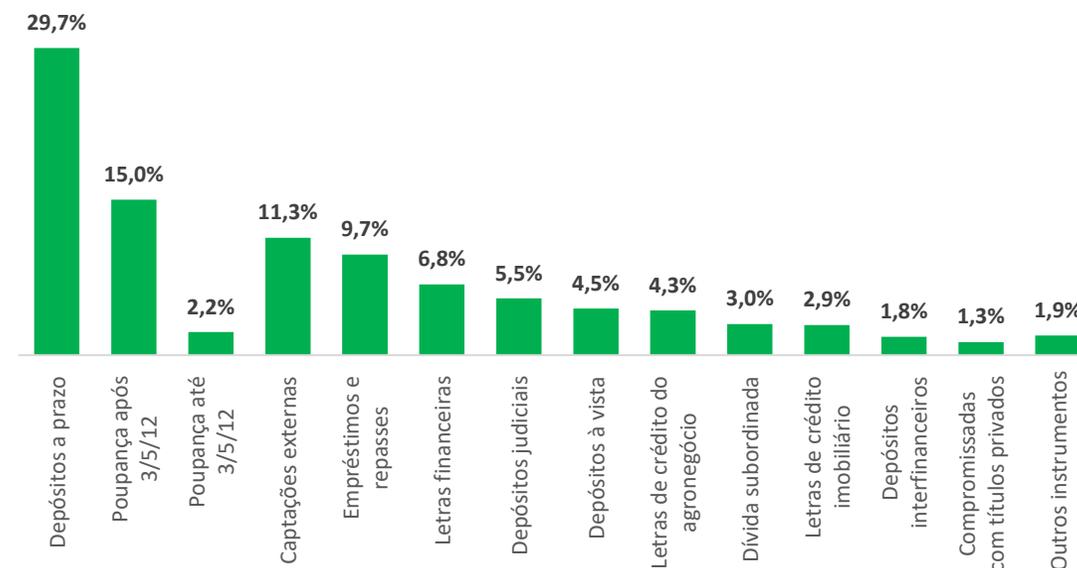
- O sistema financeiro das principais economias continua resiliente. Os testes de estresse realizados em cada jurisdição indicaram que se encontram preparados para suportar choques adicionais.
- Em relação à última divulgação, observaram-se elevações no risco sistêmico das economias avançadas e das emergentes. Diante do cenário mais desafiador, várias jurisdições mantiveram ou aumentaram o ACCP para fortalecer a resiliência dos bancos.
- No cenário global, a inflação segue elevada, o que levou os Bancos Centrais intensificarem os ciclos de aperto monetário, tornando as condições financeiras mais restritivas, aumentando a volatilidade e os custos de financiamento.
- Na China, a manutenção da política de Covid-zero, combinada à contração do mercado imobiliário, continua trazendo impactos negativos sobre a atividade econômica e os preços de ativos locais.
- Na Europa, a guerra entre Rússia e Ucrânia continua provocando disrupções no fornecimento de gás e outras *commodities* energéticas, com consequências para a inflação e para a atividade, agravando assim os riscos de recessão na região.

Captações totais

Variação Anual
Por instrumento



Perfil das Captações

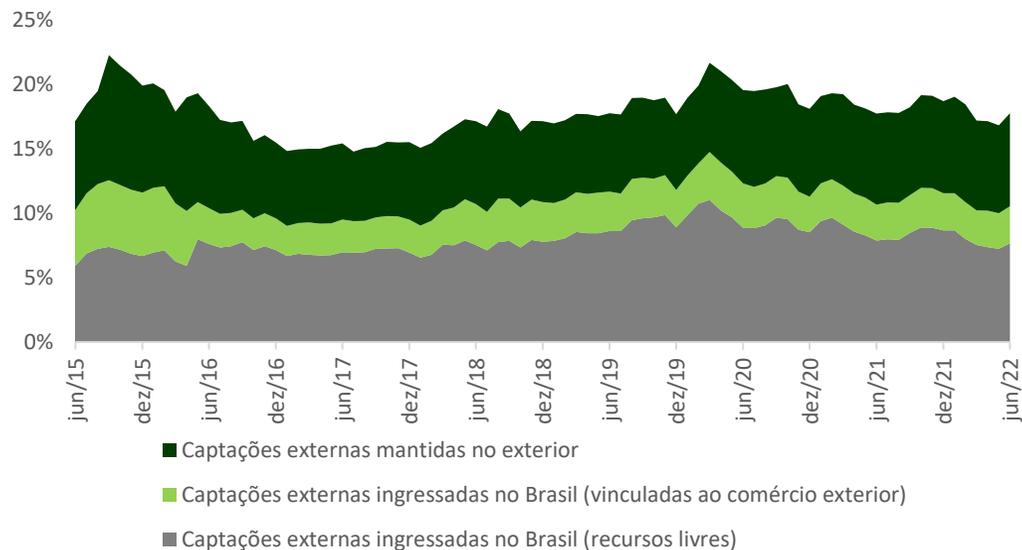


Fonte: Banco Central do Brasil

- Aderente à recuperação econômica e ao ciclo de elevação da taxa Selic, o crescimento das captações totais acelerou de 6,6% a.a. em dez/21 para 12,7% a.a. em jun/22. O 1º semestre de 2022 caracterizou-se pela maior procura por ativos mais rentáveis e de prazos mais longos.
- Em termos de representatividade, o destaque permaneceu com os depósitos a prazo que saíram de 29,3% das captações totais em dez/21 para 29,7% em jun/22. No semestre, a participação das Letras Financeiras (LF) avançou em 1,2 p.p. para 6,8%, das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) em 1,0 p.p. para 4,3%. Por outro lado, verificaram-se contrações de -1,1 p.p. na poupança (após 3/5/12) para 15,0% e de -0,9 p.p. nos depósitos à vista para 4,5%.
- A perda de participação da caderneta de poupança veio em função dos saques originados pela perda de competitividade frente a outras opções de investimento. Ademais, ressaltam-se os crescimentos de 94,9% a.a. em outros instrumentos (COE, letras de câmbio, letras hipotecárias, operações de box e letras imobiliárias garantidas), de 72,6% a.a. em LCA e de 48,9% a.a. em Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

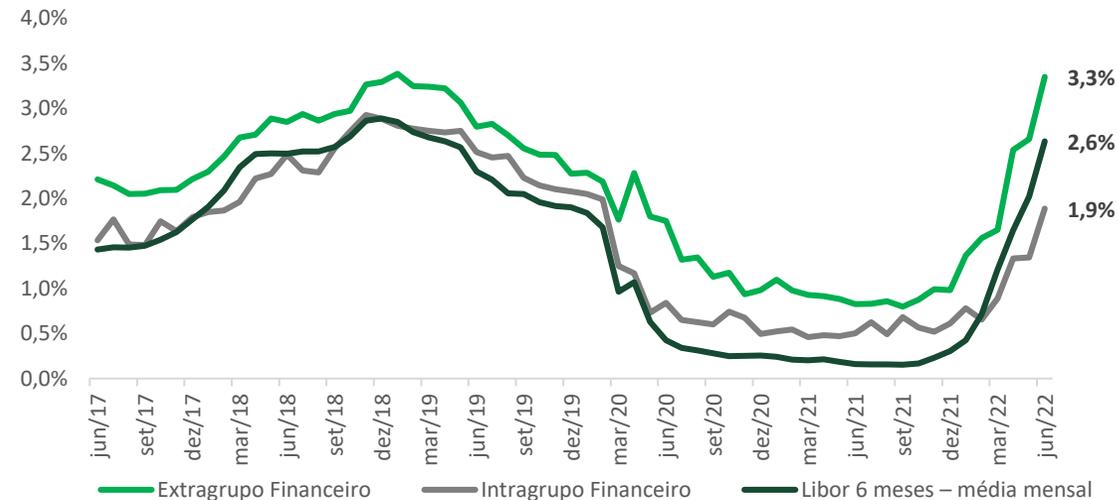
Captações Externas

Perfil
Percentual das captações totais



Fonte: Banco Central do Brasil

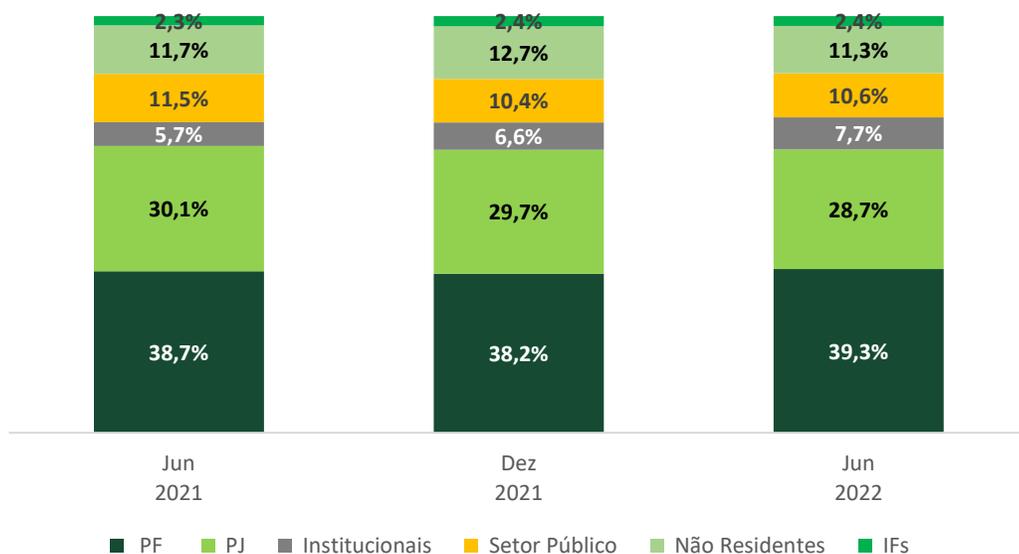
Linhas de Crédito para Exportação
Custo em % a.a.



- A oferta de funding do mercado externo continuou em nível adequado às necessidades das IFs. Com uma alta de 6,0% a.a., o volume totalizou US\$ 212,6 bilhões em jun/22. A alta de 5,2% no 1º semestre foi composta pelas elevações de 9,9% nas captações vinculadas ao comércio exterior, de 12,0% nas mantidas no exterior e queda de -2,0% das captações externas com recursos livres.
- Em função da depreciação do dólar ante o real no semestre a participação das captações externas em relação às captações totais reduziu-se em -6,1%.
- O custo das linhas externas vinculadas à exportação esteve em elevação, conforme as taxas de juros internacionais de referência, porém o spread manteve-se constante.
- No 1º semestre, houve altas de 2,4 p.p. para 3,3% a.a. na taxa média da linha de crédito extragrupo, de 2,3 p.p. para 2,6% a.a. na média mensal da libor de 6 meses e de 1,3 p.p. para 1,9% na de intragrupo financeiro.

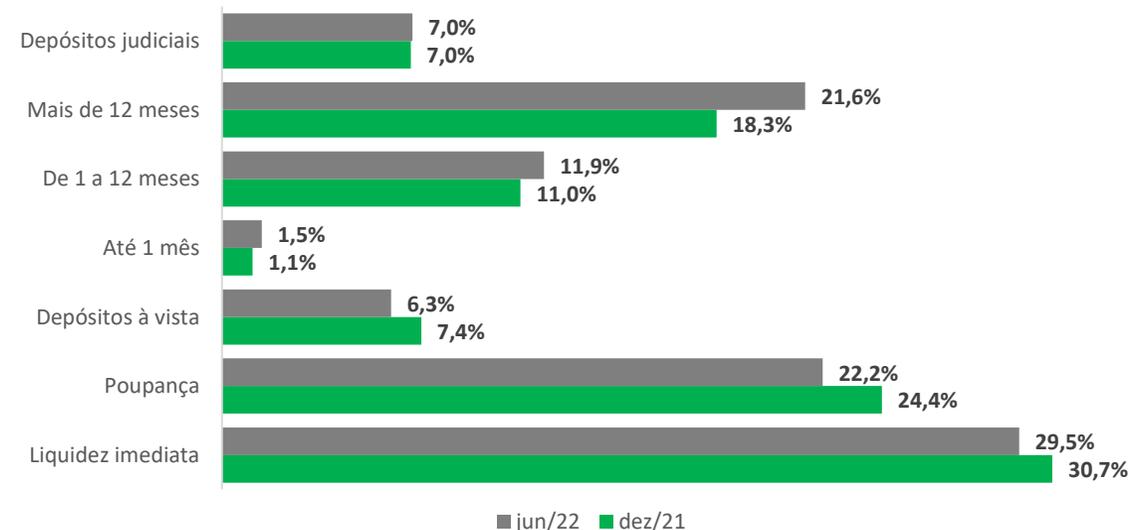
Captações Domésticas

Perfil do Investidor



Liquidez

Participação - captação doméstica total

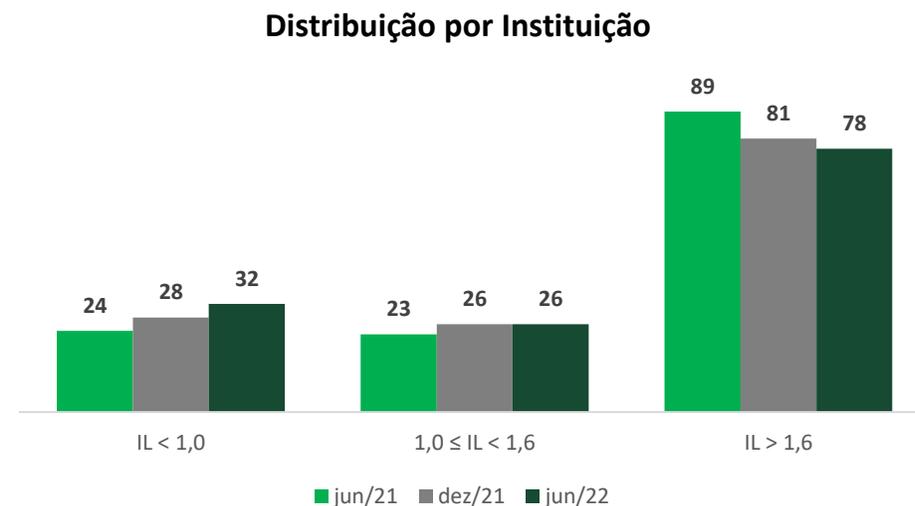
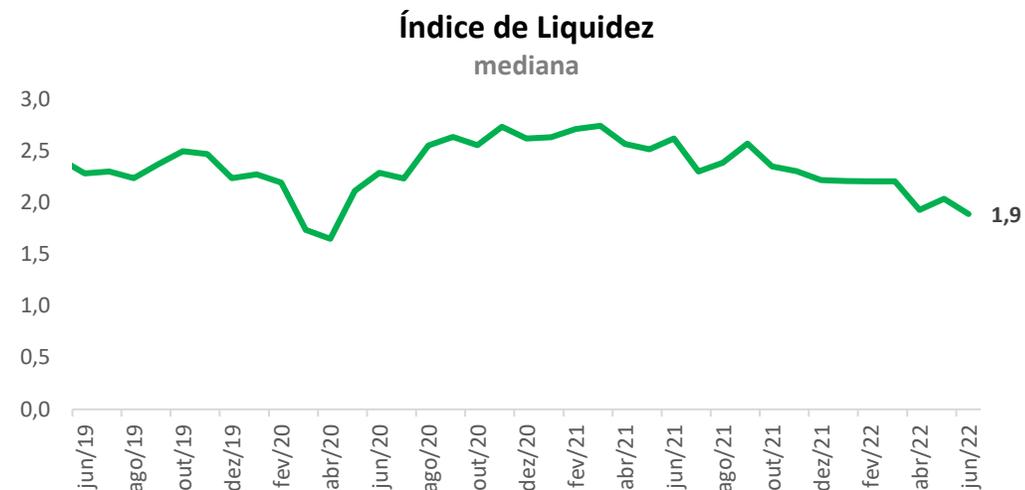


Fonte: Banco Central do Brasil

- No 1º semestre, a distribuição das captações domésticas por perfil de investidor praticamente não apresentou alteração. No montante total, a parcela dos investidores PF era de 39,3%, das PJ de 28,7%, dos não residentes de 11,3%, do setor público de 10,6%, dos institucionais de 7,7% e das IFs de 2,4%. Ainda, dentre as IFs, se manteve a tendência de redução da concentração nas captações do SFN. O volume dos bancos do segmento S1 representava 71,9% do total em jun/22 ante 75,4% em jun/21 e 79,8% em jun/19.
- A tendência de aumento da participação das captações de longo prazo se manteve no 1º semestre. As variações mensais nos estoques por faixa de prazo apontam o crescimento do valor da carteira com maturidade superior a doze meses no período. A busca por ativos mais rentáveis, em um cenário de taxa Selic mais elevada, indicou que os investidores continuaram dispostos a trocar liquidez por aplicações longas e mais rentáveis.
- No semestre, manteve-se essa tendência, com a elevação da participação das linhas com mais de 12 meses saindo de 18,3% para 21,6% e a de 1 a 12 meses elevando-se de 11,0% para 11,9%. Por sua vez, houve redução na representatividade da liquidez imediata de 30,7% para 29,5%, de 24,4% para 22,2% na dos depósitos de poupança e de 7,4% para 6,3% na dos depósitos à vista. A parcela dos depósitos judiciais manteve-se em 7,0%, enquanto as captações de até 1 mês subiram de 1,1% para 1,5%.

Liquidez de Curto Prazo – IL*

- No 2º trimestre, a elevação das taxas de juros futuras no mercado internacional e a deterioração no balanço de riscos global levou as IFs a adotarem uma postura mais conservadora nas captações. Assim, adequando-se às condições de mercado e à concorrência por funding, a liquidez agregada de curto prazo do sistema bancário reverteu a sua trajetória de queda. Esse movimento foi favorecido pela elevação do diferencial positivo entre a taxa Selic e os custos do estoque de captação, em especial para IFs do segmento S1.
- O Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) agregado do Segmento S1 apresentou recuperação, exibindo 2 momentos distintos ao longo do semestre: (1) uma queda no 1º trimestre; e (2) o cenário de maior incerteza no 2º trimestre incentivou as IFs a elevarem o seu colchão de liquidez. Já as IFs de menor porte seguiram a tendência de redução na liquidez, com o objetivo de eliminar excessos, otimizando a sua gestão.
- Para o conjunto de IFs individuais, o Índice de Liquidez (IL) agregado – que considera os efeitos da aplicação de cenários de estresse – continuou se reduzindo. Contudo, o indicador ainda permaneceu em patamar adequado para o funcionamento da intermediação financeira. A mediana saiu de 2,9 em dez/20 e 2,2 em dez/21 para 1,9 em jun/22.
- Para o BC, essa redução estaria correlacionada com a combinação do crescimento do crédito com 2 fatores que proporcionaram maior segurança à gestão de liquidez das IFs: (1) o maior acesso às captações por meio de plataformas de investimento; e (2) a instituição pelo BC das linhas financeiras de liquidez (LFL) em nov/21. De negativo, em relação a dez/21, houve o incremento de 4 IFs com IL menor de 1,0, totalizando 32, o que representava 11,9% dos ativos totais do SFN.

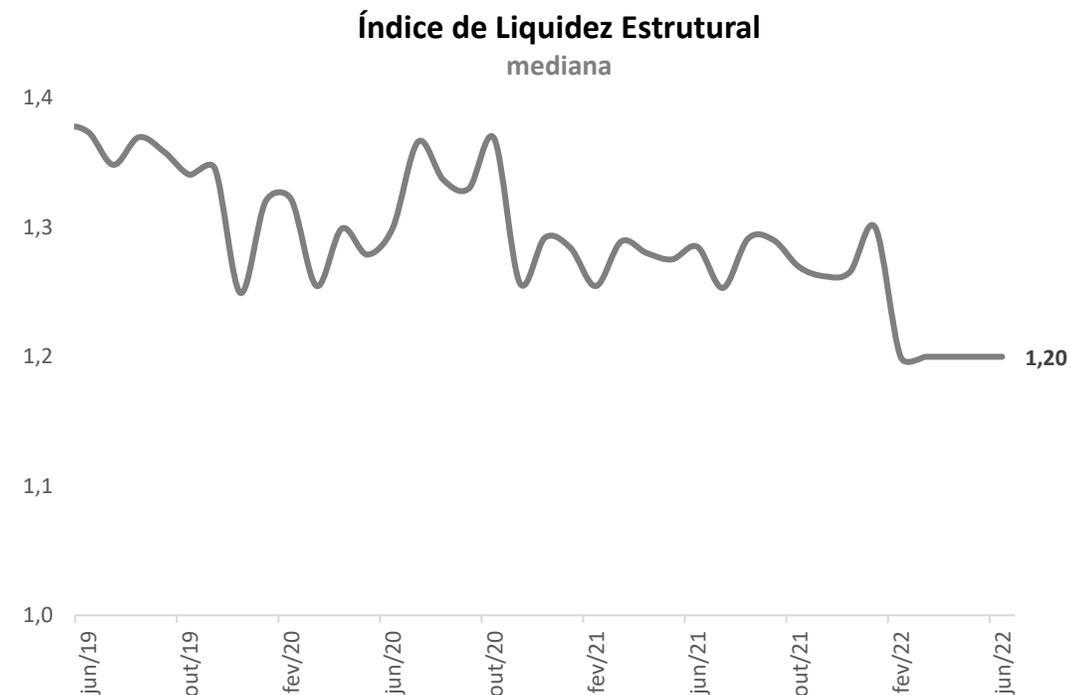


Fonte: Banco Central do Brasil

*IL = indicador que mede a relação entre ativos líquidos e as necessidades de caixa de curto prazo em 30 dias e em cenário de estresse hipotético

Liquidez Estrutural – ILE*

- No 1º semestre de 2022, o indicador regulamentar Net Stable Funding Ratio (NSFR) para as IFs do segmento S1 manteve-se estável, em um patamar adequado para o financiamento dos ativos de longo prazo. O crescimento no estoque de crédito tem sido sustentado pela elevação das captações de varejo e atacado e do capital regulatório.
- Métrica similar ao NSFR, o Índice de Liquidez Estrutural (ILE) é calculado pela razão entre o montante de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e de Recursos Estáveis Requeridos (RSF). O numerador é composto majoritariamente por operações de crédito, enquanto o denominador pelo capital regulamentar e por captações consideradas estáveis. O indicador mostrou que ampla maioria das IFs apresentou níveis adequados de recursos estáveis em seus balanços. Porém, no 1º semestre, a mediana do ILE registrou ligeira queda de -0,07 para 1,20.

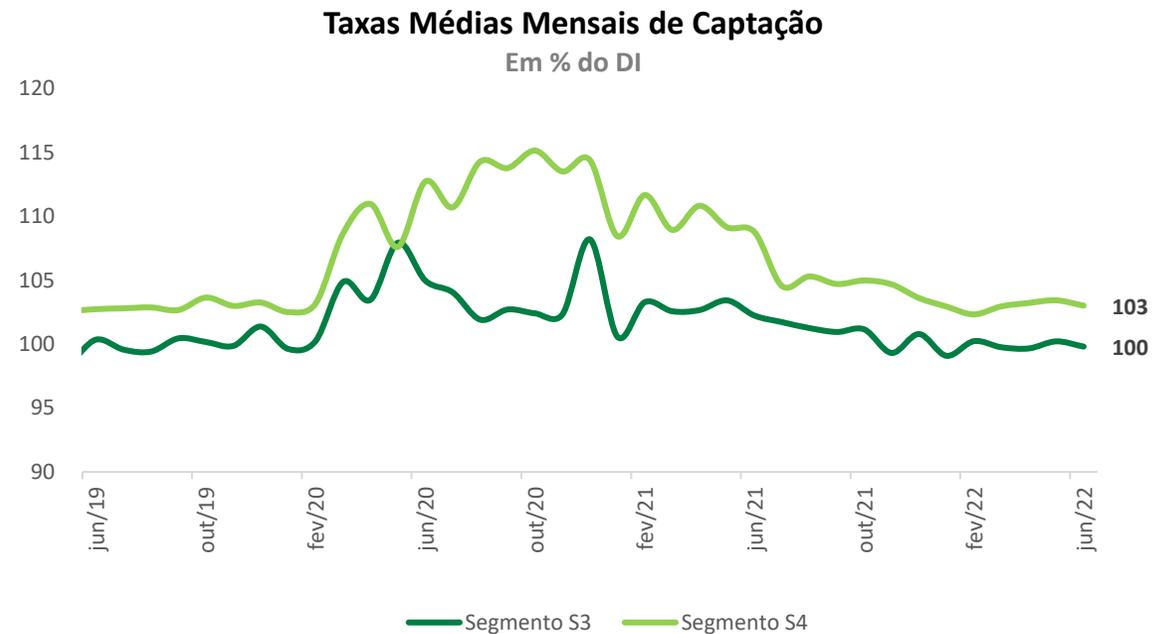
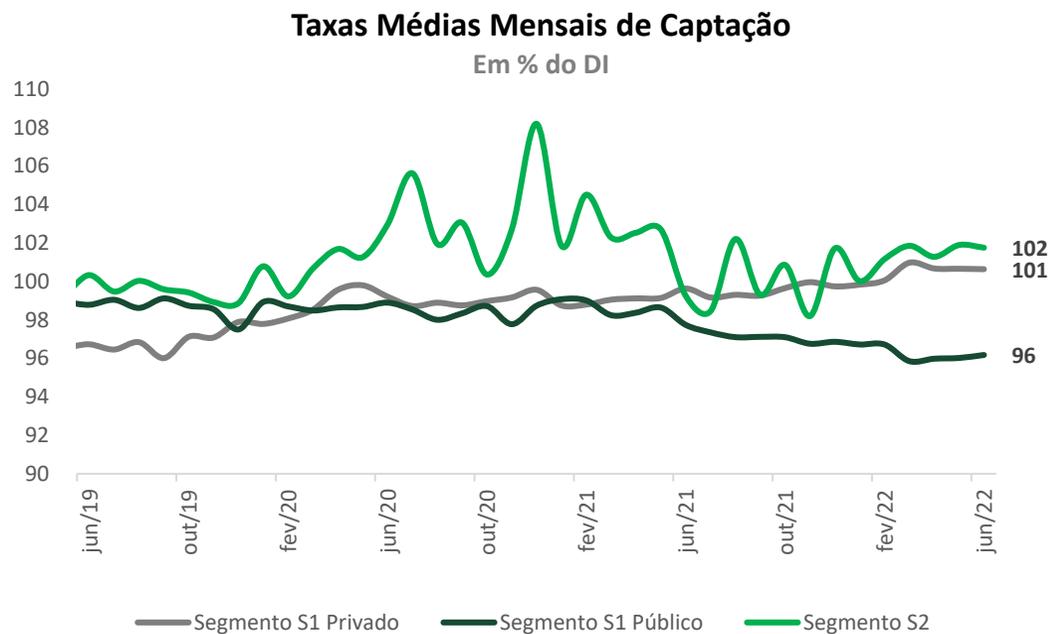


Fonte: Banco Central do Brasil

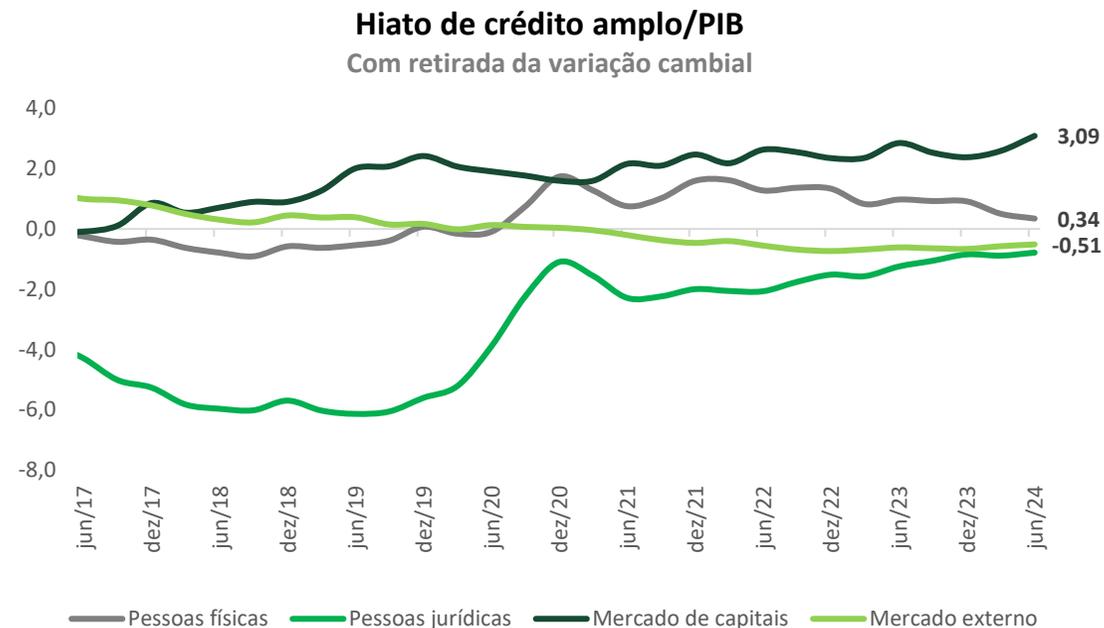
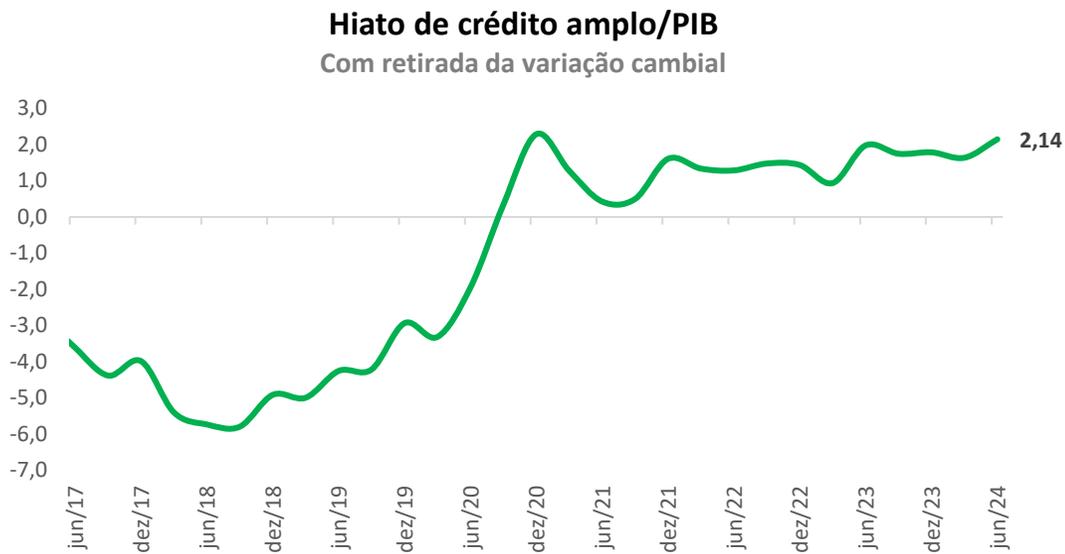
*ILE = mede a relação entre os recursos estáveis para financiar os ativos de longo prazo.

Custo de captação

- Os *spreads* das taxas de captação em relação à taxa do depósito interfinanceiro (DI) permaneceram estáveis ao longo do 1º semestre, com um discreto incremento para o segmento S1. Neste segmento, as taxas médias de captação registraram queda de -0,7 p.p. para 96,2% para os bancos públicos e alta de 0,9 p.p. para 100,6% para os privados. No caso de S2, o indicador ficou estável em 101,8%. Já para os segmentos S3 e S4, as taxas recuaram em -1,0 p.p. e -0,6 p.p., respectivamente, para 99,8% e 103,0%.
- A tendência de convergência das taxas praticadas pelos diferentes segmentos permaneceu, principalmente entre os S2 a S4 e o S1 privado, refletindo a maior concorrência por *fundings*, incentivada pela utilização das plataformas de investimento.



Hiato do Crédito Amplo



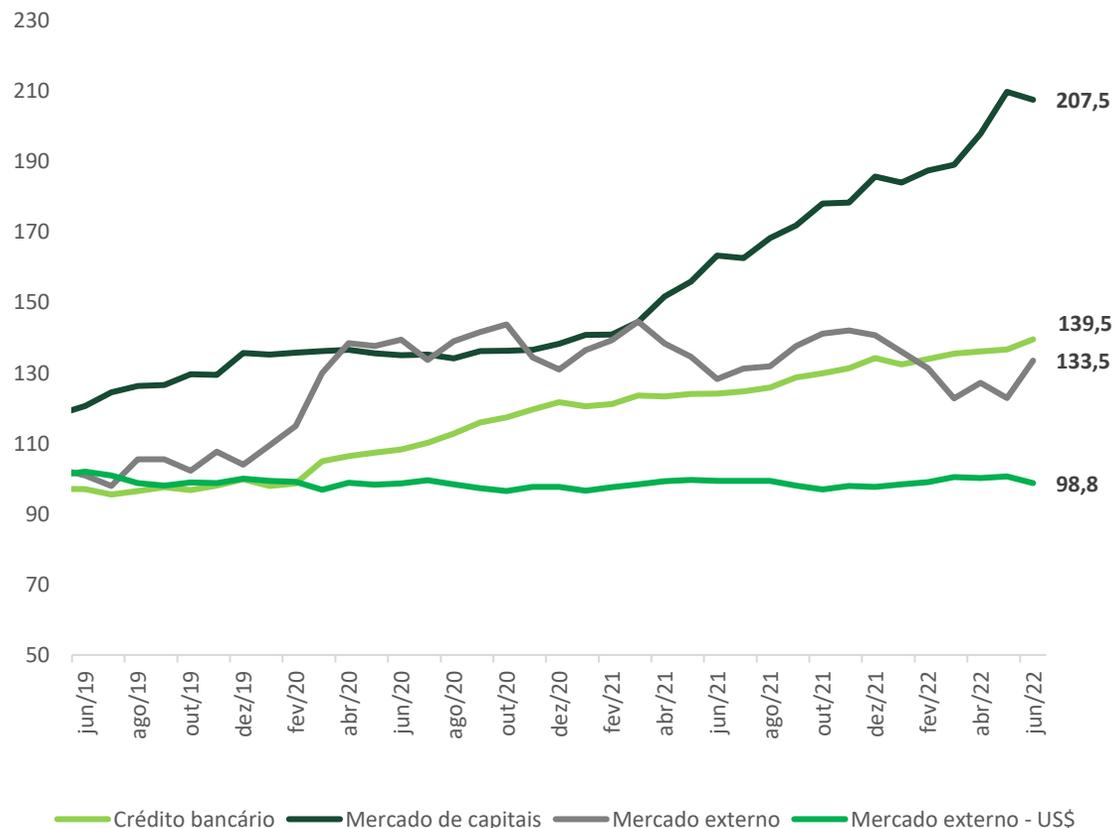
Fonte: Banco Central do Brasil

- O hiato do crédito amplo fechou o 1º semestre em 2,14% do PIB. Considerando-se as projeções de crescimento da economia e do crédito amplo, o hiato deverá se manter nos próximos anos ao redor de 2,0% do PIB. Lembrando que este limite é sugerido pelo Comitê de Basileia na sinalização de um eventual crescimento excessivo do crédito que poderia resultar em correções repentinas com efeitos prejudiciais à estabilidade financeira. Quando exceder a 2% do PIB, a jurisdição deveria considerar a implementação do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP). Entretanto não se advoga o seu uso mecânico, pois a métrica apresenta limitações importantes no caso de economias emergentes e em situações de crise.
- O BC avalia que no curto prazo a política macroprudencial deva permanecer neutra, dadas a ausência de acúmulo significativo de riscos financeiros e as expectativas sobre o crescimento do crédito. Assim, o ACCP no médio prazo continuará em 0%.

Crédito Amplo

Crédito Amplo PJ

Base dez/18 = 100

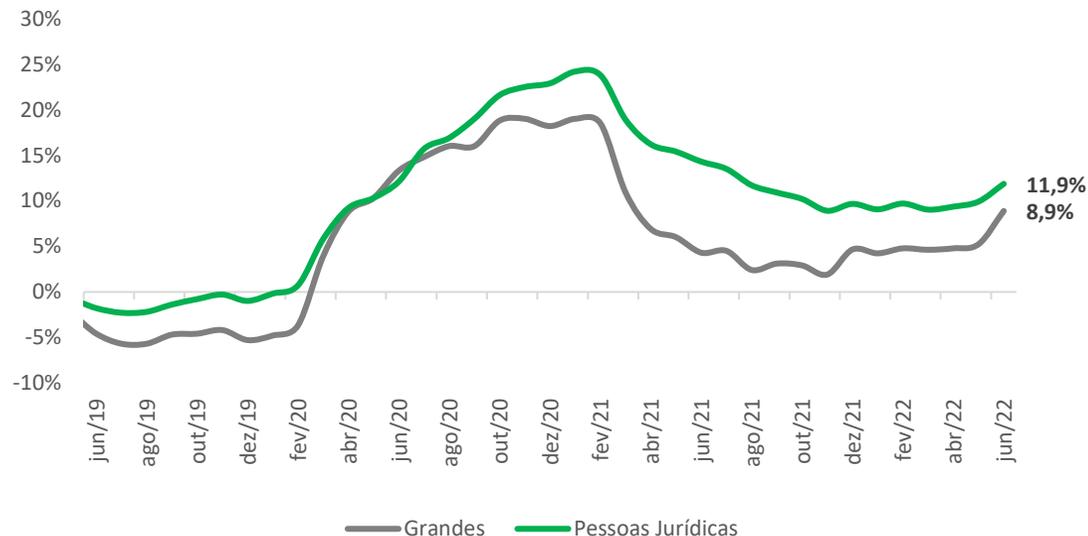


Fonte: Banco Central do Brasil

- O mercado de capitais continuou sendo a principal contribuição para que o hiato do crédito amplo/PIB ficasse mais positivo. O crédito bancário para PF e para as MPME mantiveram ritmo elevado de crescimento.
- O aumento do apetite ao risco das IFs esteve traduzido na evolução das modalidades de crédito para PF com maior risco e retorno e nas operações que envolvem transações de pagamento. As operações com cartão de crédito e de crédito pessoal não consignado cresceram em ritmo acelerado, o que gera preocupação com um possível aumento da materialização do risco de crédito por causa dos níveis elevados de comprometimento de renda das famílias e de uma eventual frustração com o ritmo da atividade econômica.
- No 1º semestre, houve comportamento distinto entre as modalidades para PJ no crédito amplo. No período, o grupo mercado de capitais registrou alta de 11,7%, alavancada pelas operações com empresas de maior porte. Principalmente, com o crescimento das emissões de debêntures, que tiveram como destinações o capital de giro, investimento em infraestrutura e refinanciamento de passivo das empresas. Vale também a menção do comportamento dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).
- Com evolução mais modesta, os empréstimos bancários tiveram um aumento de 3,9% no 1º semestre. Este desempenho contou com a contribuição positiva das operações para PF e MPME. As captações externas internalizadas em dólares não têm se alterado de forma significativa desde dez/18, apresentando em reais uma queda de -5,0% frente a dez/21 e uma alta de 1,1% em dólar.

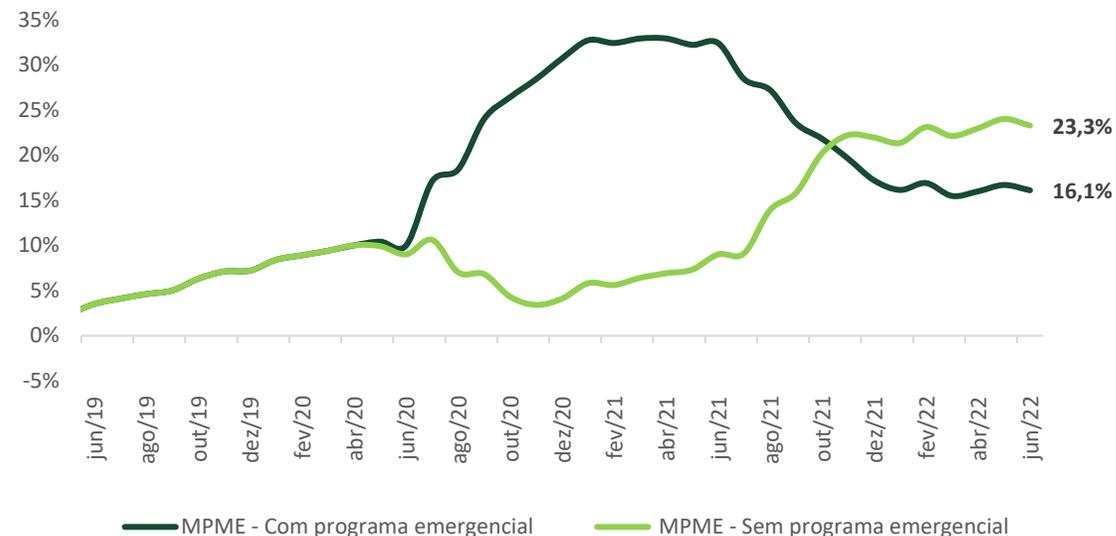
Crédito PJ

Varição Anual da Carteira PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

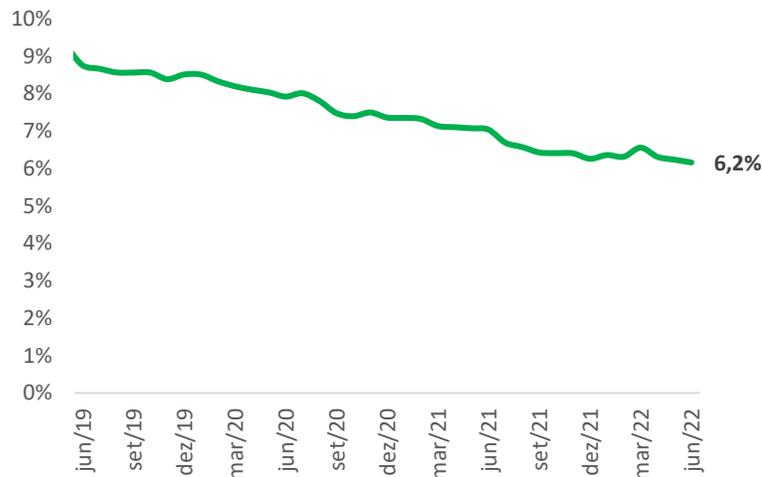
Varição Anual da Carteira MPME



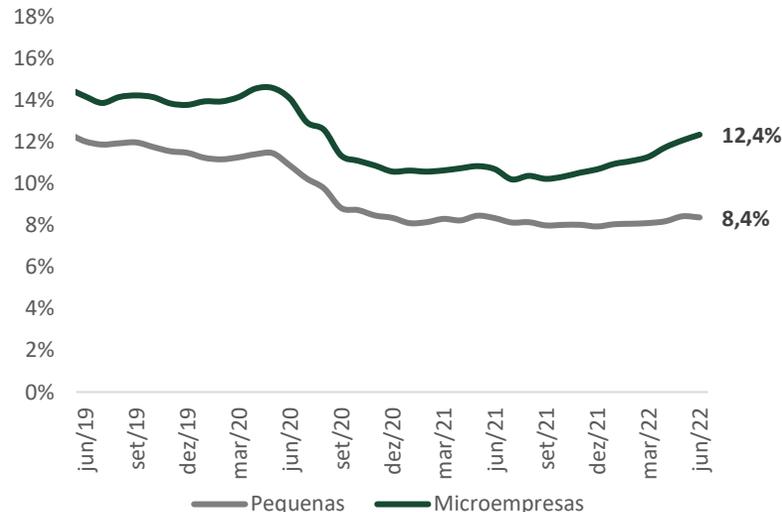
- Em jun/22, o financiamento às MPME com os programas emergenciais, como o Pronampe e FGI-PEAC, exibiu uma alta de 16,1% a.a. contra 17,2% a.a. em dez/21. Desconsiderando-se essas importantes linhas, a expansão era mais significativa de 23,3% a.a. contra 21,9% a.a. em dez/21, um ritmo bem superior ao verificado no período pré pandemia.
- Os segmentos que mais contribuíram foram o das microempresas, principalmente na modalidade capital de giro, e o das companhias de médio porte, com destaque para o investimento, principalmente para a aquisição de veículos. Espera-se que o crédito às MPME mantenha seu nível de crescimento no 2º semestre, com a retomada das contratações no âmbito dos programas de governo.
- Ao final do 1º semestre, para as grandes empresas a expansão de crédito era de 8,9% a.a. ante 4,7% a.a. em dez/21, sob forte influência das operações de comércio exterior sobretudo para os setores “Agricultura” e “Alimentos”. Em jun/22, houve relevante incremento de empréstimos com “risco sacado” de recebíveis, em que não há coobrigação por parte do fornecedor (“cedente”). Da mesma forma, as operações de financiamento de infraestrutura e projeto, destinadas principalmente aos setores de “Energia” e “Transporte”.

Crédito PJ

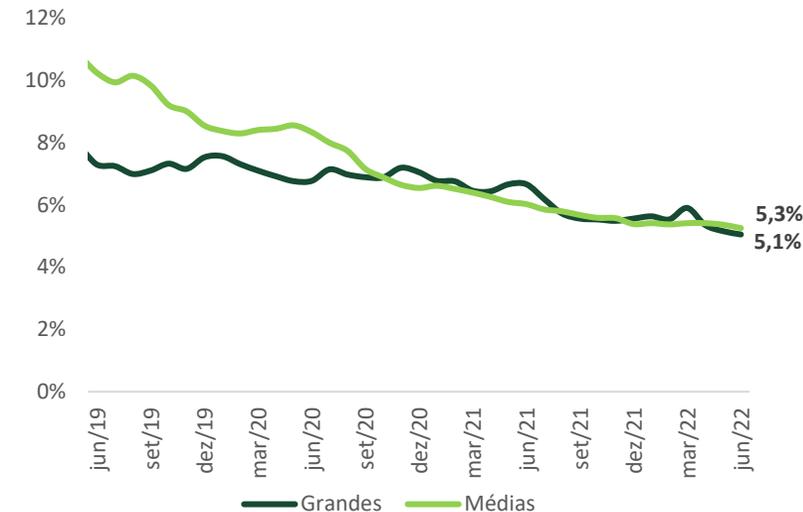
Ativos Problemáticos PJ
Em % da carteira ativa



Ativos Problemáticos PJ
Em % da carteira ativa



Ativos Problemáticos PJ
Em % da carteira ativa



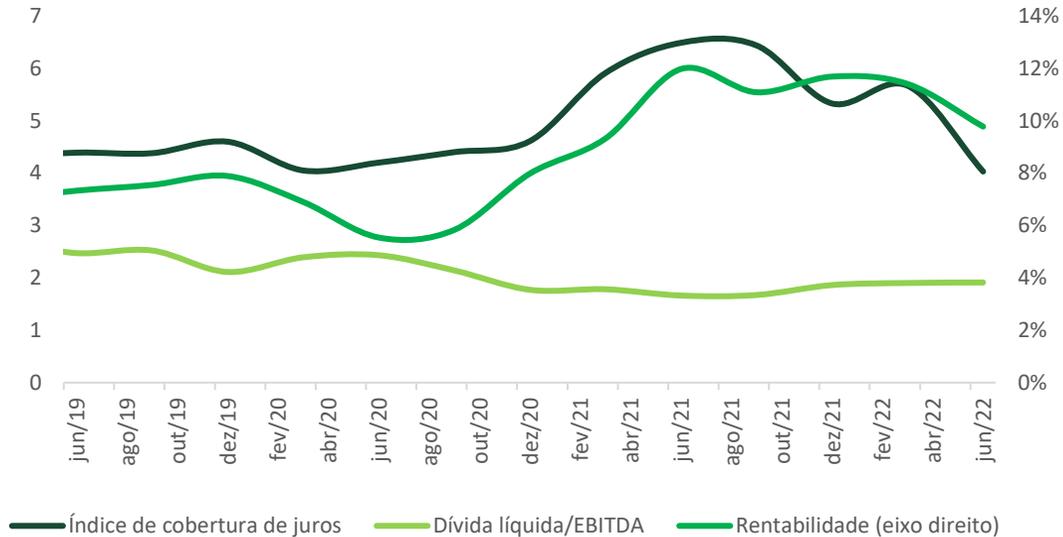
Fonte: Banco Central do Brasil

- Em linha com o aumento recente do apetite a risco das IFs nos empréstimos para as microempresas, o percentual de AP em relação à carteira ativa subiu no 1º semestre, a despeito do efeito positivo do denominador provocado pelo forte crescimento da carteira.
- Para as empresas de pequeno porte, a parcela dos APs teve uma leve alta percentual, apesar do aumento das operações de crédito. No caso das empresas de médio e grande portes, houve redução dos APs no semestre, com alguma contribuição do aumento do estoque.
- A materialização de risco das empresas como um todo exibiu um nível confortável, fato que também pôde ser observado pelo percentual de AP em cada carteira. Para as microempresas, esta parcela estava em nível inferior ao verificado ao período pré-pandemia. Porém, já se constatou um movimento de deterioração. A continuidade da forte expansão nesse segmento, com aumento de participação de operações mais arriscadas, devem ser fatores a pressionar o percentual de AP nos empréstimos para PJ.

Crédito PJ

Indicadores Econômicos Financeiros

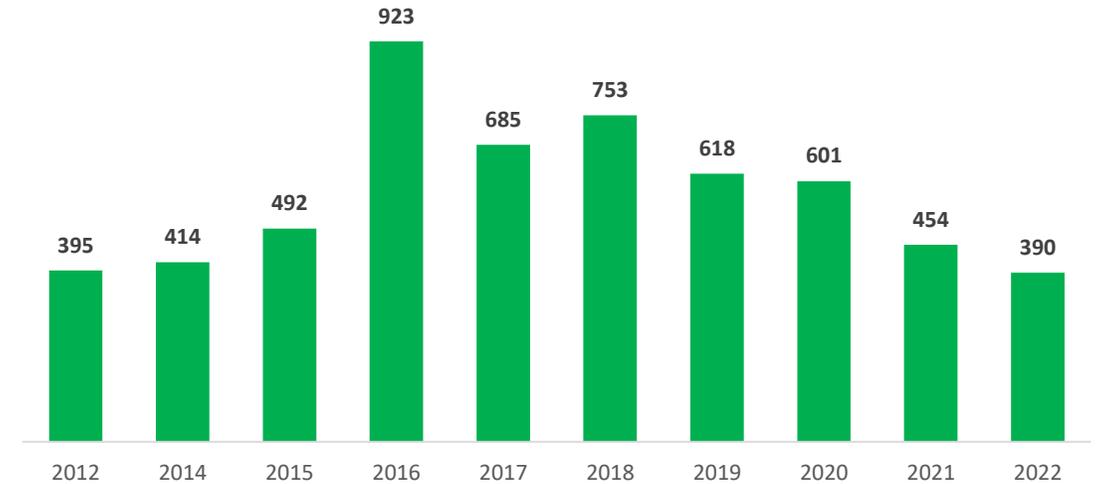
Empresas de capital aberto



Fonte: Banco Central do Brasil

Empresas em Recuperação Judicial

Requerimentos acumulados jan-jun



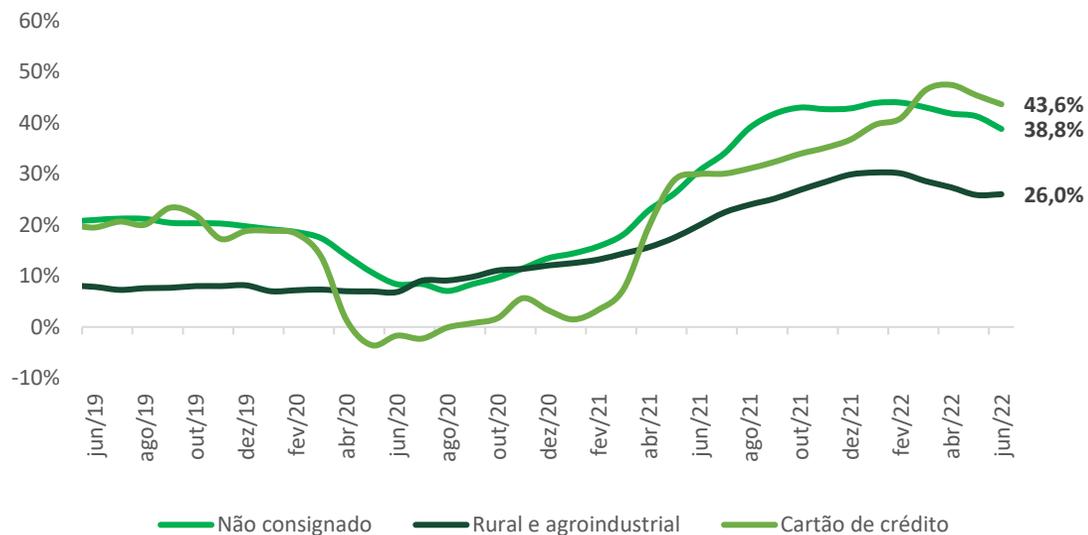
Fonte: Serasa Experian

- Apesar de algum sinal de piora, a situação financeira das empresas permaneceu positiva. A capacidade de pagamento das empresas beneficiou-se do desempenho positivo da atividade econômica. Na grande maioria dos setores houve um crescimento em termos reais nos fluxos de recebimento, que englobam boletos, Transferências Eletrônicas Disponíveis (TEDs), cartões de débito e crédito, Pix e exportações. Adicionalmente, o total de requerimentos de recuperação judicial acumulados no 1º semestre foi de 390, montante abaixo do observado em anos anteriores e muito próximo aos níveis mínimos da série.
- As companhias abertas foram negativamente impactadas pela alta dos custos de produção e da despesa financeira. Conseqüentemente, o índice de cobertura de juros no 1º semestre caiu em -1,3 p.p. para 4,0%, patamar abaixo do nível pré-pandemia. Já a rentabilidade das empresas reduziu-se em -1,9 p.p. para 9,8%, acima do observado no início da crise sanitária.
- O balanço positivo para as condições financeiras das empresas poderá ser alterado, pois as incertezas relativas ao cenário econômico podem eventualmente levar à redução da capacidade de pagamento de parte das companhias.

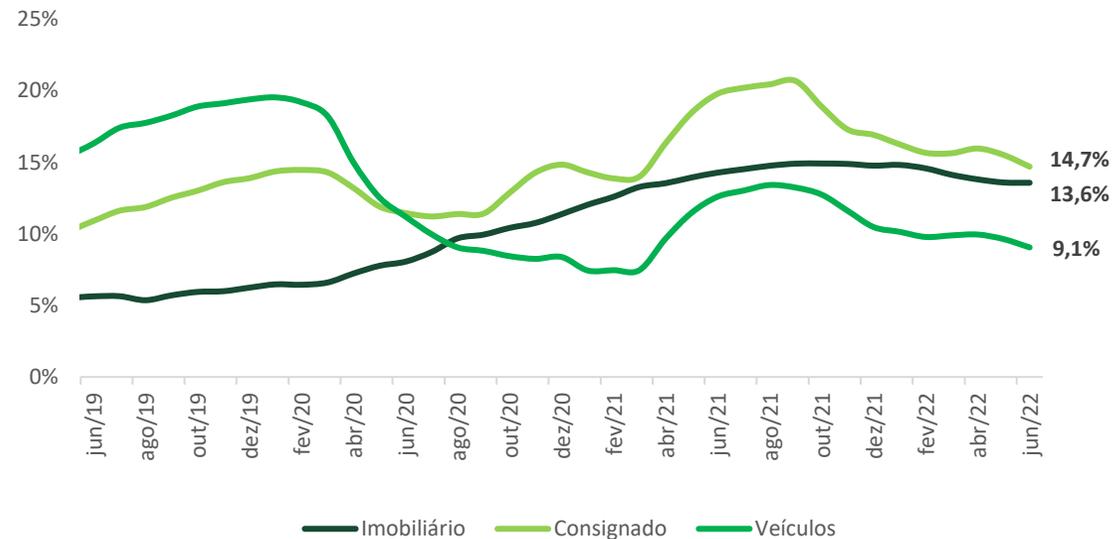
*O índice de cobertura de juros foi obtido pelo quociente entre Ebtida e despesa financeira bruta. Já a rentabilidade foi obtida pelo quociente entre lucro líquido e patrimônio líquido médio (ROE – Return on Equity).

Crédito PF

Variação Anual
Crédito PF por modalidade



Variação Anual
Crédito PF por modalidade



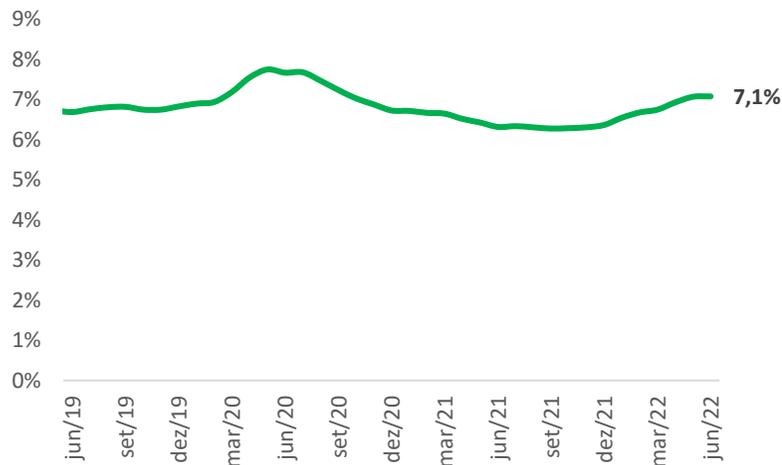
Fonte: Banco Central do Brasil

- Em jun/22, a despeito de alguma desaceleração, o crédito para PF continuou crescendo a taxas historicamente elevadas, especialmente em modalidades de maior risco e retorno e em operações ligadas a transações de pagamento. O crédito pessoal não consignado saiu de 42,8% a.a. em dez/21 para 38,8% a.a. e o cartão de crédito de 36,7% a.a. em dez/21 para 43,6% a.a..
- O desempenho das modalidades mais arriscadas levou a sua maior participação na carteira para PF desde o início da série em 2012 e fez com que a taxa de crescimento do segmento encerrasse o semestre em nível similar ao de dez/21, alcançando o seu pico em abr/22. O apetite de risco das IFs na concessão de crédito para PF ficou evidenciado na redução do score médio de contratação de empréstimos para a aquisição de veículos e operações de crédito não consignado. Com perfil de risco distinto, a modalidade crédito rural manteve taxas de crescimento em patamar elevado.

Crédito PF

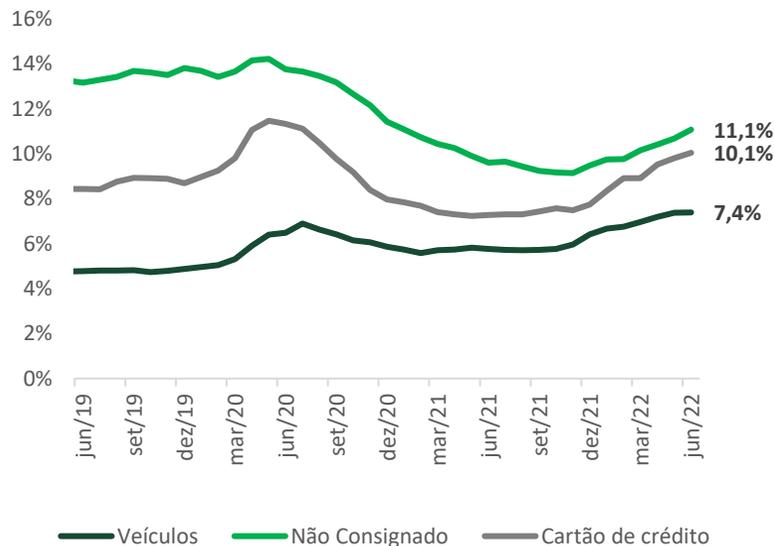
Ativos Problemáticos - PF

Em % da carteira ativa



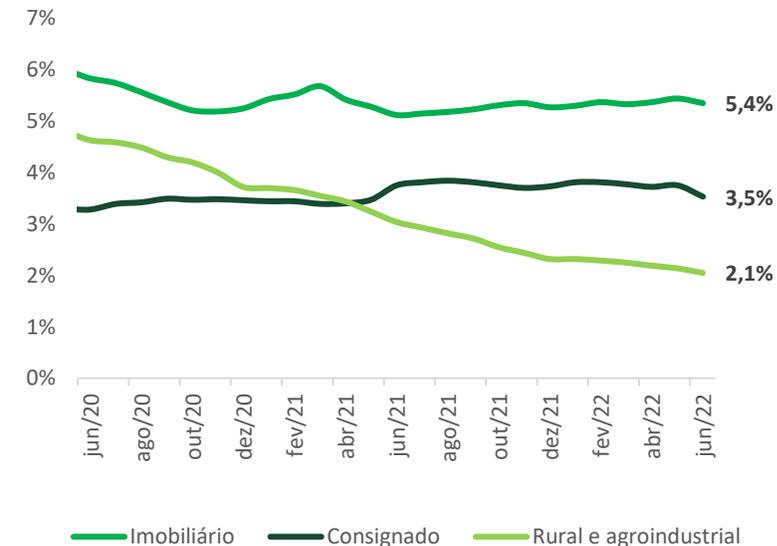
Ativos problemáticos

Por modalidade



Ativos problemáticos

Por modalidade

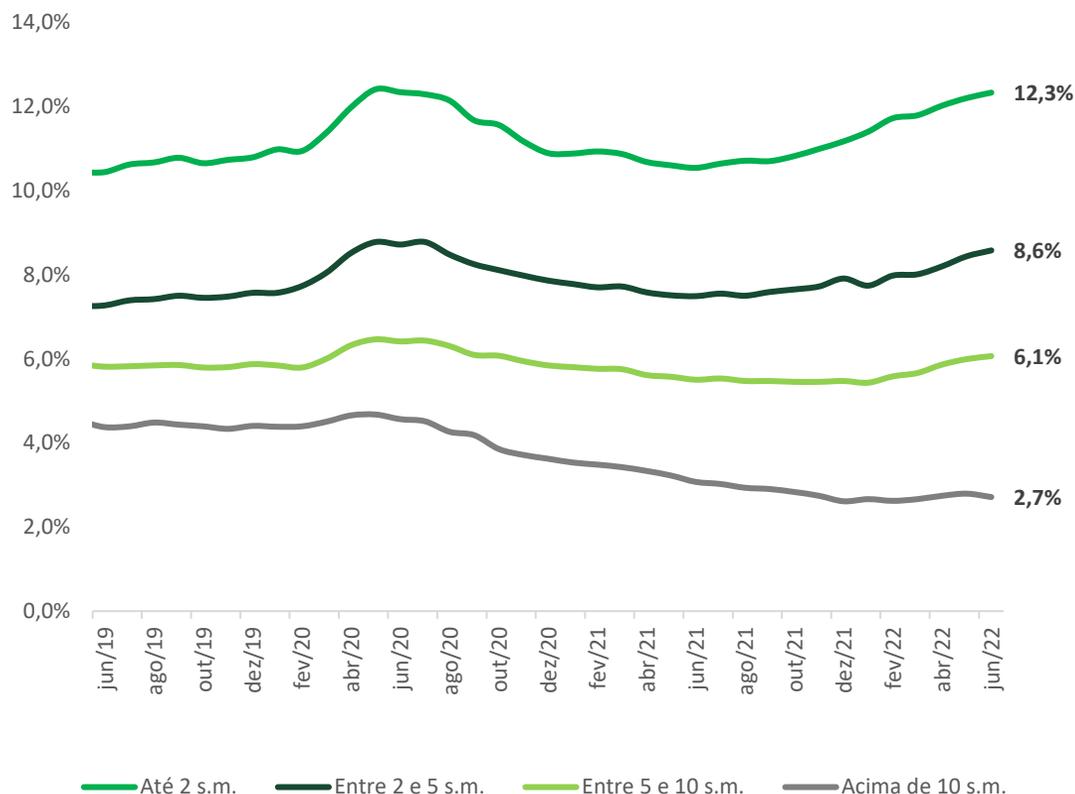


Fonte: Banco Central do Brasil

- A materialização do risco de crédito foi constatada no comportamento dos APs em carteiras específicas. Na de financiamento de veículos, o percentual continuou em aceleração, já alcançando um nível superior ao verificado na pandemia. Nos casos de crédito não consignado e cartão de crédito, embora ainda permaneçam abaixo dos picos verificados na pandemia, o crescimento das operações problemáticas em 2022 superou o da carteira da modalidade. Em relação ao crédito imobiliário, apesar da estabilidade geral do indicador de AP, a carteira com funding do FGTS manteve percentual em nível mais elevado.
- O cenário econômico incerto e a dificuldade na gestão orçamentária das famílias deverão levá-las a demandar mais crédito em linhas mais caras e de curto prazo. Contudo, considerando-se o volume menor de repactuações, o Banco Central espera que o processo de materialização do risco de crédito da carteira para PF prossiga nos próximos meses, ainda dentro de padrões históricos.

Crédito PF

Ativos problemáticos
Por faixa de renda



- O crescimento da carteira problemática em ritmo superior ao crescimento da carteira agregada fez com que o percentual de AP subisse em quase todas as faixas de renda. O aumento foi mais evidente nas de menor renda. Para quem ganha até 2 salários mínimos, a alta no 1º semestre do indicador dos AP foi de 1,2 p.p. para 12,3%, enquanto para quem recebe entre 2 e 5 salários mínimos a elevação foi de 0,7 p.p. para 8,6%.
- A capacidade de pagamento dos tomadores de crédito das carteiras dos bancos apresentou piora, retornando aos níveis verificados antes da pandemia. Apesar da recuperação econômica e da queda na taxa de desocupação, os indicadores apontaram uma deterioração na capacidade de pagamento das PF. O comprometimento de renda individual (CRI) dos tomadores do SFN apresentou alta no 1º semestre de 2022, encerrando em 28,2% contra 27,9% em dez/21.
- A decomposição do CRI por modalidade mostrou que a renda está cada vez mais comprometida com modalidades mais caras e de maior risco. As operações rotativas e as parceladas com juros do cartão de crédito representavam 27,9% do total do CRI, enquanto o crédito pessoal não consignado tinha participação de 16,1%.

Índice de Cobertura

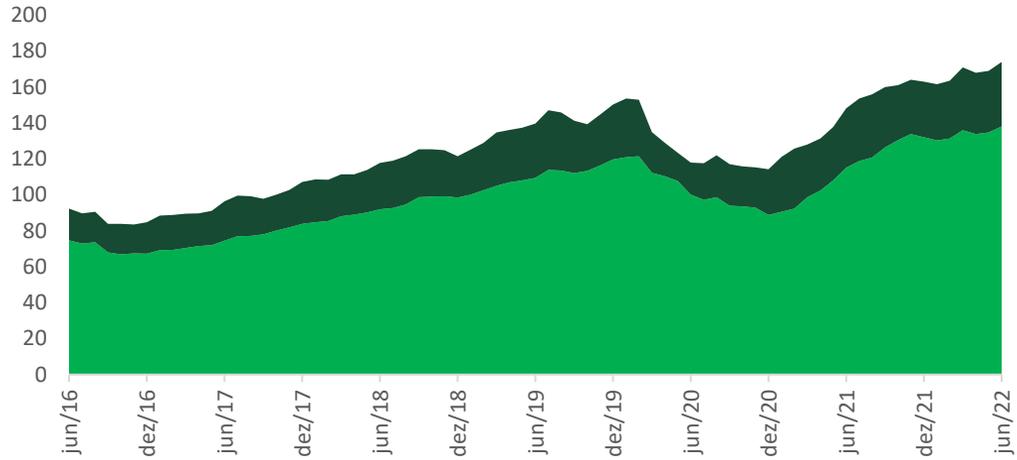
Carteira	Perda Esperada	Provisão	Cobertura
Privados (ex SNCC)	0,05	0,06	1,30
Públicos	0,03	0,05	1,48
SNCC	0,03	0,04	1,19
Total	0,04	0,06	1,35

Fonte: Banco Central do Brasil

- As provisões mantiveram-se superiores às perdas esperadas estimadas para a carteira de crédito (IC > 1,0), em nível similar ao de dez/21. Considerando-se as estimativas de perda esperada para a carteira de crédito, as provisões se mostraram adequadas. O IC para os bancos públicos era de 1,48, de 1,30 para os bancos privados e 1,19 para o sistema de cooperativas de crédito (SNCC). O SFN como um todo apresentava um índice de cobertura para a perda esperada de 1,35 em jun/22.

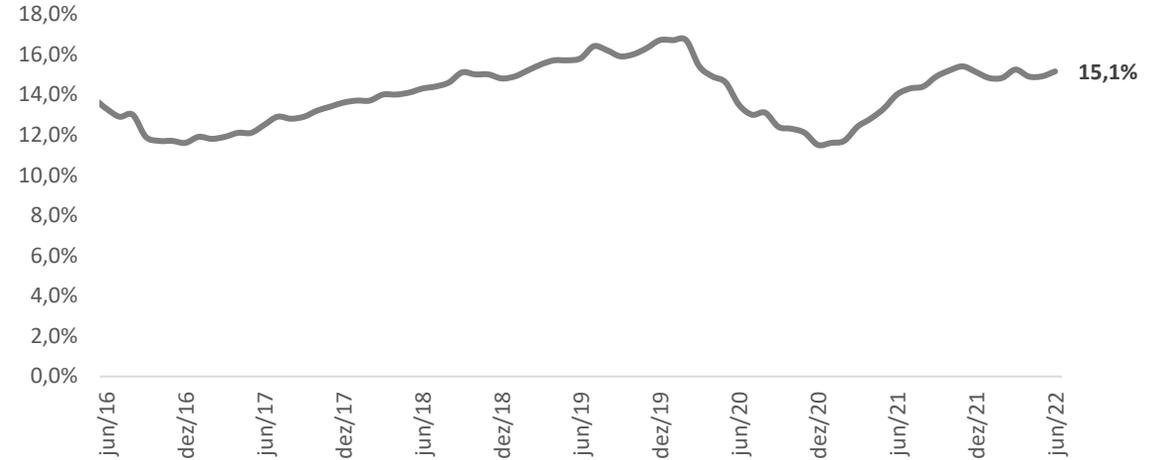
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido

Lucro Líquido
Em R\$ bilhões



■ Lucro líquido acumulado nos últimos 12 meses ■ Lucro líquido acumulado nos últimos 3 meses

Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Acumulado em 12 meses

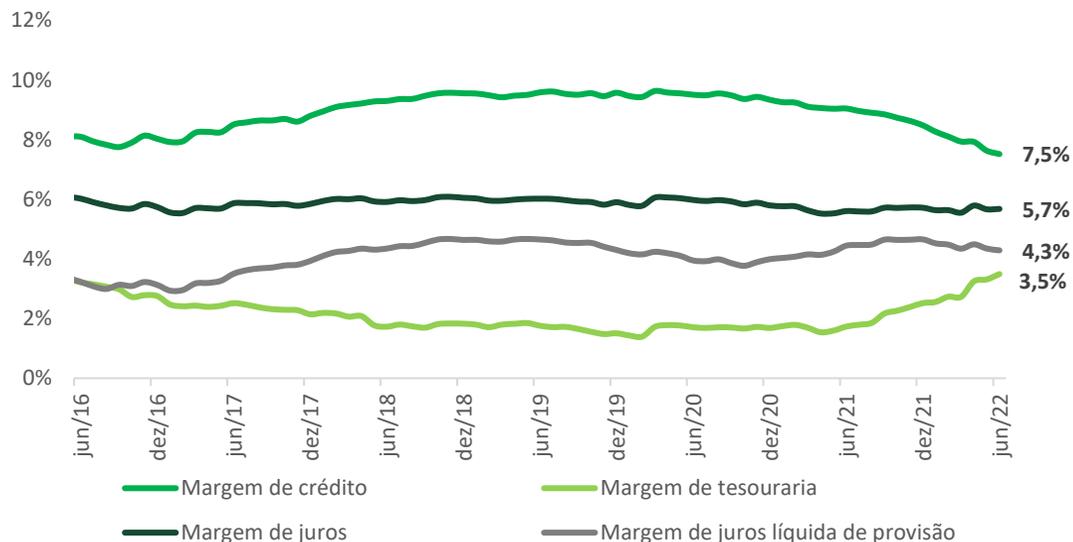


Fonte: Banco Central do Brasil

- Após a sua recuperação em 2021, a rentabilidade do sistema bancário manteve-se estável no 1º semestre de 2022, em nível próximo a pré-pandemia. A expectativa do Banco Central é que haja resiliência em sua trajetória futura. Porém, o cenário econômico marcado por condições financeiras restritivas e inflação elevada exige atenção por parte das IFs. Uma queda na atividade econômica e deterioração da qualidade do crédito poderia afetar os resultados dos bancos à frente.
- O lucro líquido do sistema acumulado em 12 meses foi de R\$138 bilhões em jun/22, com aumento de 4,5% em relação ao de dez/21 e de 20,0% ante jun/21. Já o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 15,1%, estável em relação ao nível observado em dez/21.

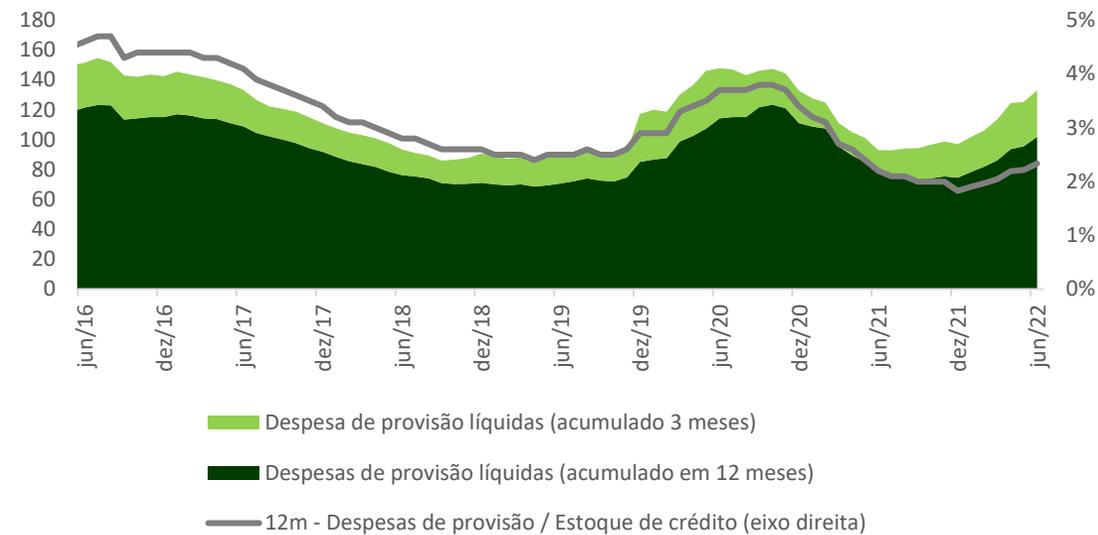
Margens de Crédito e Despesas de Provisão

Margem de Juros



Despesa de Provisão

Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil

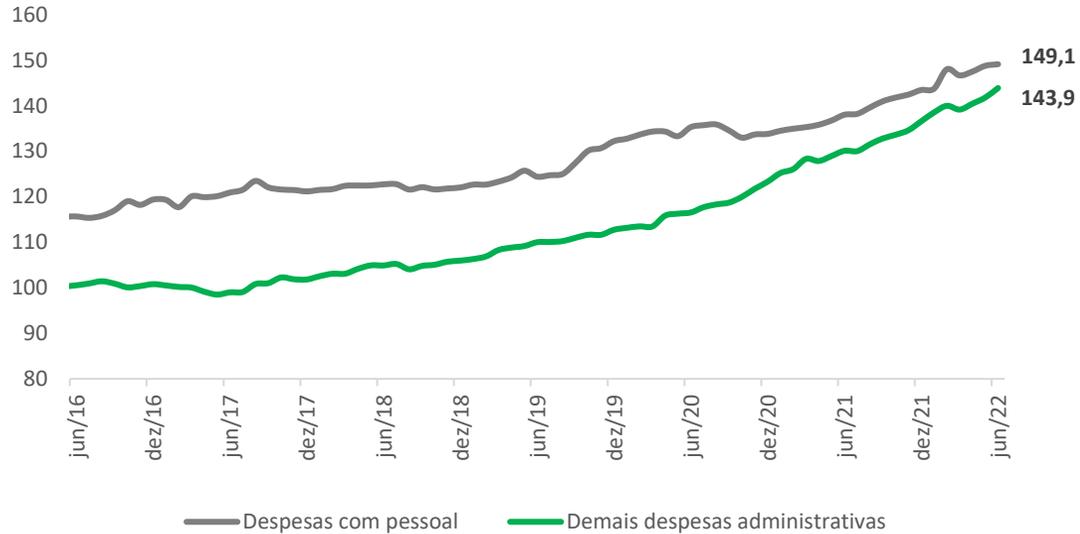
- Após reduzirem-se de forma consistente a partir de 2020, as despesas com provisões voltaram a subir no 1º semestre de 2022, em função do crescimento do crédito em modalidades de maior risco e dos APs. Porém, o sistema permaneceu com nível de cobertura de provisões considerado adequado frente às estimativas de perdas esperadas. Para o BC, as IFs deverão permanecer atentas à qualidade das concessões, pois poderão precisar elevar as provisões para assegurar a cobertura adequada para as perdas com crédito.
- A receita com juros avançou, beneficiada pelo aumento dos empréstimos, pela renovação gradual da carteira de crédito a taxas mais altas e maior representatividade das operações de maior risco. Se a margem de juros foi pressionada pelo aumento do custo de captação, a taxa básica mais elevada contribuiu positivamente para a margem nas operações de tesouraria, dada a sensibilidade dos ativos a variações na Selic.
- Após recuperar-se desde o final de 2020, a margem de juros líquida de provisão voltou a cair no 1º semestre de 2022. Apesar da queda, permanece em nível próximo ao observado no período pré-pandemia.

* Margem Bruta = Diferença entre o percentual de retorno da carteira de intermediação (crédito + títulos) e o percentual de custo de captação.

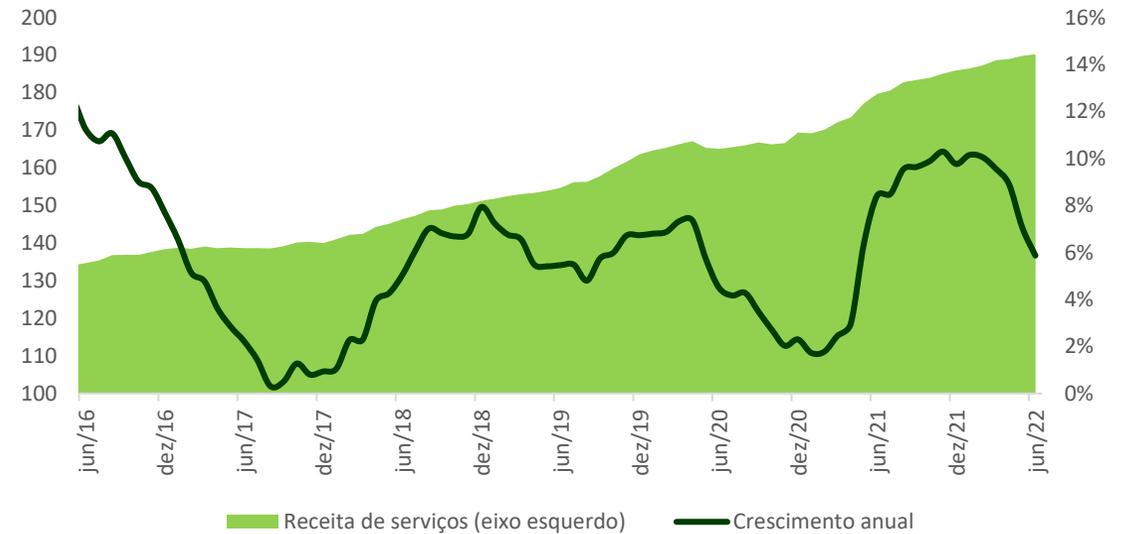
** Margem Líquida = Diferença entre o percentual de retorno da carteira de intermediação (crédito + títulos), deduzida a despesa de provisão e o percentual de custo de captação.

Despesa Adm. por Receita de Serviços

Despesas Administrativas
Em R\$ bilhões



Receita de Serviços
Em R\$ bilhões

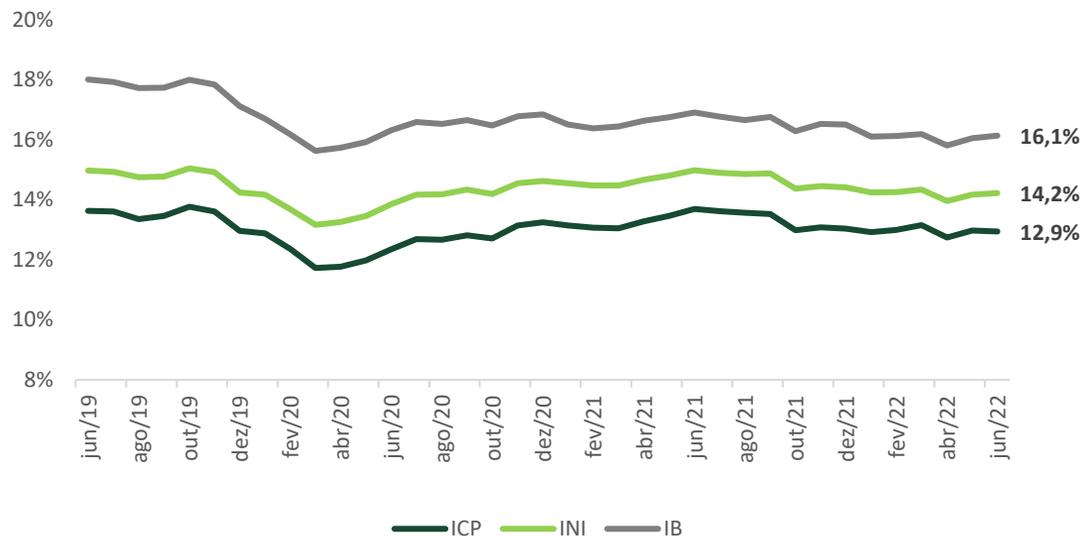


Fonte: Banco Central do Brasil

- Apesar da inflação elevada em 2022, os bancos têm conseguido manter os custos sob controle. Em 12 meses, as despesas administrativas cresceram 9,3%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período foi de 11,9%. A inflação deve continuar pressionando os custos das IFs no curto prazo.
- Após recuperação em 2021, impulsionada pela melhora da atividade econômica, as rendas de serviço cresceram em ritmo mais lento. A perspectiva do BC para o 2º semestre para as rendas de serviços é favorável, dado o desempenho positivo da atividade econômica observado recentemente.

Solvência

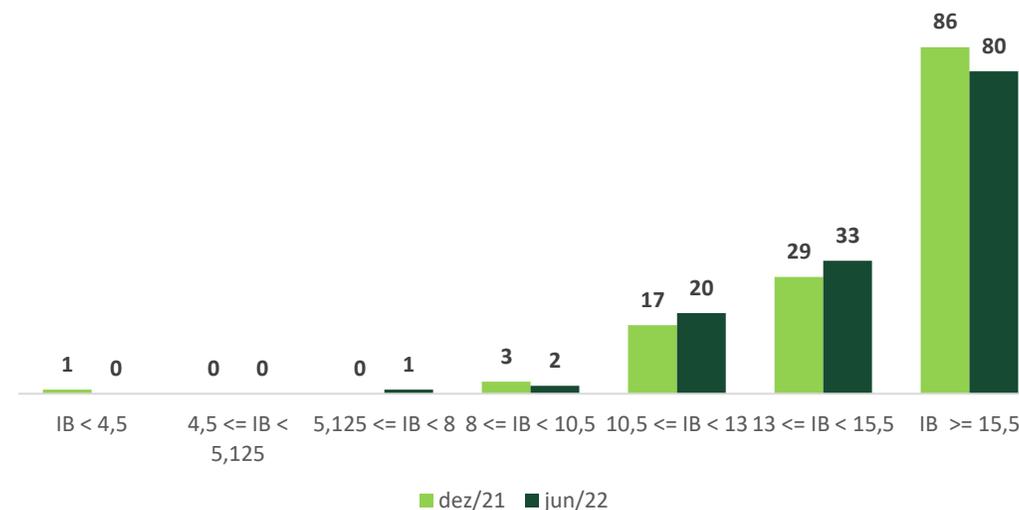
Índices de Capitalização e Exigência Regulatória



Fonte: Banco Central do Brasil

- Apesar da leve retração apresentada no semestre em função do maior crescimento dos ativos ponderados pelo risco, os índices de capitalização do sistema permanecem confortavelmente acima dos mínimos regulamentares e dos níveis pré-pandemia. Assim, a exigência de capital regulatória do sistema não é restrição para a expansão da oferta de crédito.
- Das instituições do sistema bancário, 133 são capazes de atender aos requerimentos mínimos prudenciais utilizando exclusivamente Capital Principal (CP), considerado o de melhor qualidade. Apenas 3 IFs possuem Índice de Basileia (IB) menor de 10,5%, representando somente 0,47% dos ativos totais do SFN.
- O crescimento do capital regulamentar foi sustentado pela maior retenção de lucros e contrabalanceado por aumento de ajustes prudenciais referentes a créditos tributários de prejuízo fiscal e desconhecimento de instrumentos de capital.

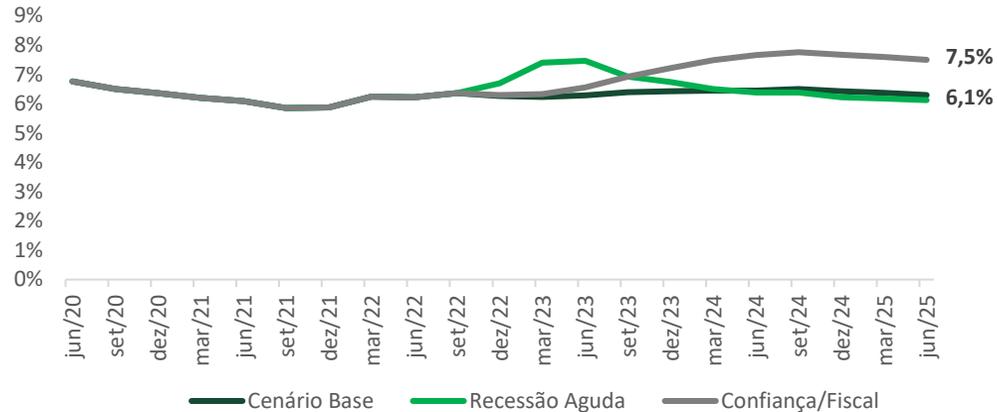
Distribuição de Frequência IB Em quantidade de IFs



Teste de Estresse

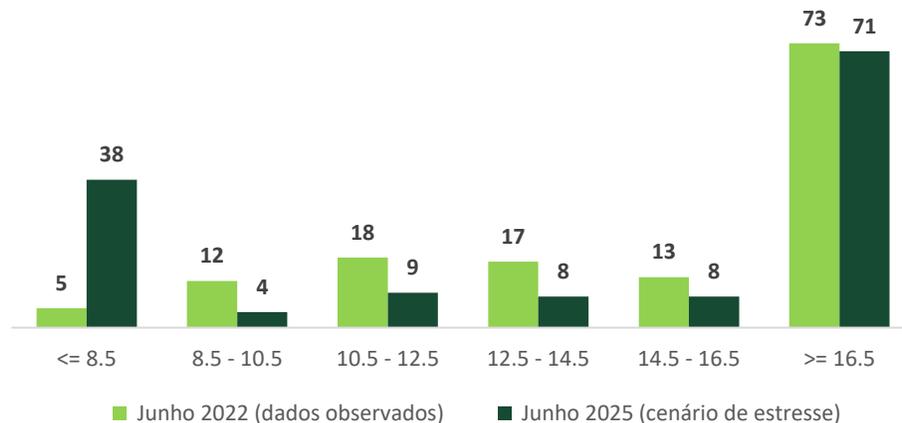
Projeção dos Ativos Problemáticos

Em % da carteira total



Distribuição de Frequência dos Ativos

Por faixa de IBs - Cenário Confiança/Fiscal



- Os testes de estresse de capital não indicaram a ocorrência de desenquadramentos relevantes nos cenários macroeconômicos adversos. Os resultados obtidos nas análises de sensibilidade também exibiram boa resistência aos fatores de risco, simulados isoladamente, além de estabilidade de resultados em comparação com testes feitos anteriormente. O teste de estresse de liquidez mostrou quantidade confortável de ativos líquidos em caso de saídas de caixa em condições adversas ou choque nos parâmetros de mercado no curto prazo.
- A necessidade estimada de capitalização do sistema é baixa em ambos os cenários simulados, atestando a adequada capacidade do sistema para absorção de perdas. Os testes de estresse realizados no Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) reforçam a avaliação de adequação do capital das principais instituições do sistema financeiro (S1 e S2). Os resultados reportados pelas IFs foram similares aos obtidos utilizando o modelo proprietário do Banco Central. Não houve desenquadramento potencial em nenhum dos cenários enviados pelo regulador, o que reforçou a percepção de resiliência do sistema bancário a choques adversos nas variáveis macroeconômicas estressadas.
- Com relação à análise de sensibilidade, o sistema apresenta baixa sensibilidade a choques na taxa de câmbio. Somente um choque positivo muito elevado na taxa de juros poderia gerar alguma necessidade de capital. Choques incrementais no risco de crédito indicam que haveria baixa necessidade de capital se os APs atingissem a maior marca histórica.

Pesquisa de estabilidade financeira

Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	fev/22	mai/22	ago/22		
Cenário internacional	0,74	1,13	1,13	Médio-Alta	Alto
Riscos fiscais	0,67	0,58	0,67	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	0,70	0,46	0,42	Médio-Alta	Alto
Riscos exclusivamente políticos	0,26	0,31	0,33	Médio-Alta	Médio
Inflação doméstica	0,31	0,35	0,25	Médio-Alta	Médio

Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	fev/22	mai/22	ago/22		
Cenário internacional	13	44	40	Médio-Alta	Alto
Riscos fiscais	33	17	23	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	31	13	13	Médio-Alta	Médio
Inflação doméstica	15	17	12	Médio-Alta	Alto
Riscos exclusivamente políticos	6	8	12	Médio-Alta	Alto

Canal de Transmissão	Fev 2022 (mediana)	Mai 2022 (mediana)	Ago 2022 (mediana)
Contágio entre mercados e instituições domésticas	4	4	4
Congelamento de liquidez, incluindo mercado interbancário e linhas de crédito do exterior	3	3	3
Queda expressiva de preços de ativos financeiros domésticos, inclusive garantias	4	4	4
Aumento da aversão ao risco e de incerteza, afetando decisões correntes de consumo e investimento	4	5	4
Queda de confiança dos depositantes, incluindo movimentos caracterizados com "flight-to-safety"	3	3	3
Fuga de capitais e/ou depreciação cambial relevante	4	4	4
Downgrade de rating de crédito, incluindo rating soberano, de forma ampla e disseminada	4	3	3

- Na primeira divulgação após o início do conflito no Leste Europeu, a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) apontou crescimento nas preocupações relativas aos riscos do cenário internacional, especialmente os relacionados ao aperto nas políticas monetárias nas economias avançadas e aos riscos de desaceleração ou mesmo recessão na economia mundial. Contudo, o indicador de confiança na estabilidade do SFN cresceu e alcançou novo máximo histórico, embora as preocupações com quadro fiscal continuem importantes.
- Na última edição da PEF, a amostra foi formada por 52 IFs, que totalizavam 90,4% dos ativos do sistema bancário em dez/21. Desde a edição anterior do REF, foram realizados 2 levantamentos, nos períodos de 25 a 29 de abril de 2022 e de 1º a 9 de agosto de 2022, ambos com taxa de resposta de 100%.
- As IFs avaliaram que os riscos fiscais seguem relevantes, refletindo preocupações com as medidas recentes e as incertezas relacionadas ao próximo mandato presidencial. Os riscos da inadimplência e com a economia perderam importância, refletindo a evolução favorável da atividade e do mercado de trabalho. Os riscos de inflação doméstica recuaram, enquanto os políticos apresentam tendência de alta.
- Quanto aos canais de transmissão de choques no SFN, a probabilidade atribuída a “Downgrade de rating de crédito, incluindo rating soberano, de forma ampla e disseminada” reduziu-se comparativamente a fev/22. Já os demais canais destacados apresentaram estabilidade na probabilidade atribuída, em relação à pesquisa de fev/22.



Assessoria Econômica



abbc.org.br

assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156

Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte –Cerqueira

César São Paulo –SP



Tel: (55) 11 3288-1688